

A construção e o aprofundamento de uma associação estratégica

O governo de Alejandro Toledo
(2001–2006)

A construção da aliança estratégica

A aplicação do Plano Real pelo governo de Fernando Henrique Cardoso permitiu que o Brasil enfrentasse com êxito a crise econômica internacional, como também possibilitou que o país contasse com uma manufatura amplamente diversificada e com um comércio internacional muito fluido. Com efeito, apesar de não ter acordos de livre comércio (sem contar os Acordos de Complementação Econômica (ACEs), efetuados no marco da ALADI) a aplicação do Plano Real, combinada com um modelo econômico desenvolvimentista, possibilitou que o Brasil alcançasse um equilíbrio macroeconômico e impulsionou seu aparato produtivo e seu comércio exterior, o que o tornou ainda mais atraente para o Peru.²⁹²

Por sua vez, o fim dos escândalos que encerraram o governo de Fujimori, ao final do século XX, permitiu que o Peru tivesse uma maior tranquilidade e melhores possibilidades de ação em sua política exterior. Assim, desde o início do governo de Alejandro Toledo, teve-se consciência da necessidade de estimular a relação com o Brasil. Isso explica por que, durante esse período, sucederam-se as visitas oficiais de alto nível entre o Peru e o Brasil, as quais possibilitaram a formalização, em 2003, de uma aliança estratégica entre os dois países.

Com efeito, em 7 de junho de 2002, o ministro de Relações Exteriores do Peru, Diego García Sayán, realizou uma visita oficial ao Brasil e assinou a *Declaração Conjunta* com o chanceler brasileiro Celso Lafer, mediante a qual se criou o *Mecanismo de consulta e coordenação política em nível de chanceleres*, como instância superior de diálogo e concertação política bilateral. Depois, em novembro do mesmo ano, o embaixador Manuel Rodríguez, vice-ministro secretário geral de Relações Exteriores do Peru, efetuou uma visita de trabalho ao Brasil.

Em 6 de dezembro, os dois países assinam um *Acordo de cooperação técnica na área de turismo*,²⁹³ pelo qual se obrigam a: reforçar e ampliar

suas relações nessa área, tendo em vista a promoção recíproca de conhecimentos, história e cultura (Art. I);²⁹⁴ simplificar as formalidades de viagem exigidas até o momento (Art. II);²⁹⁵ viabilizar voos transfronteiriços ou amazônicos mediante a coordenação com as autoridades da Aeronáutica Civil (Art. IV);²⁹⁶ intercambiar especialistas e experiências de publicações, material de pesquisa, entre outros itens (Art. VII).²⁹⁷ Comprometem-se também a fomentar visitas recíprocas de representantes de meios de comunicação, agentes de viagens e operadores turísticos (Art. VIII);²⁹⁸ tomar medidas para assistência e capacitação de recursos humanos no setor hoteleiro e turístico; e cooperar no âmbito da Organização Mundial do Turismo. Finalmente, por este acordo, os dois países se comprometem a apoiar a promoção recíproca de voos não regulares (voos *charter*), *tours* de familiarização, excursões temáticas, congressos e seminários, feiras, festivais e exposições (Art. III).²⁹⁹

Por outro lado, em 20 de dezembro, assinam a *Declaração de Assis Brasil e uma Declaração de complementação econômica*. Mediante esta última, ambos os países reafirmam seu compromisso de estimular as iniciativas para promover a complementação econômica recíproca em todos os setores; registram os avanços alcançados nas áreas de turismo, interconexão física, obras de infraestrutura e liberação comercial; reiteram sua determinação de levar adiante as negociações econômicas e comerciais que contribuam para a integração bilateral, o desenvolvimento econômico e social e elevar a qualidade de vida de seus povos. Finalmente, o governo brasileiro se compromete a desenvolver seus melhores esforços junto aos demais Estados do Mercosul com a finalidade de possibilitar, a curto prazo, um acordo de livre comércio entre esse organismo e o Peru.

No mesmo mês, foi assinado o *Acordo de complementação econômica CAN–Mercosul* (ACE N° 56), para promover a construção de uma área de livre comércio na América do Sul. Este acordo serviu para a posterior negociação de instrumentos mais especializados destinados à desoneração tributária e à eliminação das restrições ao comércio regional, como o *Acordo entre o Mercosul e os membros da CAN* (ACE N° 59), de 2004.³⁰⁰ Por fim, em julho de 2003, ocorre a visita a Lima do secretário geral do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.³⁰¹

A estas visitas, acrescentaram-se as dos presidentes. Com efeito, em 1° de janeiro de 2003, o presidente Alejandro Toledo comparece à transmissão de cargo para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os dois

mandatários coincidem na necessidade de forjar uma relação bilateral mais estreita e pela primeira vez mencionam a ideia de criar uma aliança estratégica entre ambos os países. Ao término desse encontro, os presidentes convocaram uma reunião de seus ministros e o presidente Lula da Silva foi convidado a realizar uma visita de Estado ao Peru.³⁰²

No entanto, seria o presidente Alejandro Toledo, acompanhado pelo primeiro vice-presidente da República Raúl Diez Canseco e por onze ministros que finalmente faria uma visita de trabalho à Brasília, em 11 de abril de 2003, a qual estava destinada a avançar na construção de uma aliança estratégica entre os dois países, bem como promover um diálogo direto entre os presidentes. Durante a visita, os dois mandatários destacaram em um *Comunicado conjunto* as coincidências existentes em termos de cooperação e integração, a complementação de suas economias, a necessidade de promover o turismo, o comércio e o investimento bilateral, bem como a luta contra a pobreza. Também conversaram sobre a necessidade de criar associações entre empresas brasileiras e peruanas, promover a *Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana* (IIRSA), acelerar o processo de negociação de uma zona de livre comércio entre a Comunidade Andina e o Mercosul, entre outras importantes iniciativas.³⁰³ Nessa reunião foi assinado o *Acordo para a construção da ponte internacional sobre o rio Acre, próxima às cidades de Iñapari (Peru) e Assis Brasil (Brasil)*, o qual permitiu interligar os sistemas viários de ambos os países e vincular as economias da macrorregião Sul do Peru com os estados brasileiros de Acre, Rondônia e Mato Grosso.³⁰⁴

Para tornar efetivas essas decisões, foi assinado o denominado *Plano de Trabalho de Brasília*, pelo qual os chanceleres e vice-chanceleres de ambos os países ficavam encarregados de dar continuidade aos compromissos e linhas de ação estabelecidos, no âmbito dos mecanismos de consultas.

Mais tarde, em 24 de junho, foram assinados três acordos complementares ao Acordo básico de cooperação técnica e científica para a implementação do projeto de melhoria dos serviços de defesa zoossanitária e diagnóstico veterinário,³⁰⁵ para o fortalecimento institucional de entidades prestadoras de serviços de saneamento e tratamento de águas residuais e de esgoto sanitário,³⁰⁶ e para a implementação do projeto de controle da raiva silvestre³⁰⁷.

Posteriormente, em 24 e 25 de agosto de 2003, o presidente Lula da Silva visitou o Peru, acompanhado de ministros de Estado, governadores e

outras autoridades, com o objetivo de concluir a construção da aliança estratégica. No final da visita, os presidentes dos dois países assinaram uma *Declaração Presidencial Conjunta* que reúne, entre outras questões fundamentais para a relação bilateral, os compromissos assumidos nas áreas de segurança bilateral, regional e internacional e do fortalecimento da democracia, direitos humanos, governabilidade e desenvolvimento.³⁰⁸ Foram assinados também o *Acordo de cooperação para a conservação e uso sustentável da flora e fauna silvestres dos territórios amazônicos de ambos os países*,³⁰⁹ o *Acordo complementar ao Acordo básico de cooperação técnica, para a implementação do projeto de prevenção e controle de enfermidades de transmissão sexual, vírus de deficiência imunológica humana e síndrome de imunodeficiência adquirida HIV-AIDS no Peru*,³¹⁰ o *Protocolo para a implementação de um sistema de prevenção e controle de incêndios florestais*,³¹¹ o *Tratado sobre a transferência de condenados*,³¹² o *Tratado de extradição*,³¹³ e o *Acordo de alcance parcial de complementação econômica Peru-Mercosul*.³¹⁴ Do mesmo modo, assinou-se um Memorando de entendimento sobre cooperação em matéria de vigilância e proteção da Amazônia e um Memorando de entendimento sobre integração física e econômica. Nesse encontro criou-se também o *Mecanismo de coordenação em nível de presidentes e seus gabinetes*, embora se considere que a primeira reunião dessa natureza tenha se dado por ocasião da visita de trabalho que efetuou o presidente Toledo a Brasília em 11 de abril de 2003.

O *Memorando de entendimento sobre cooperação em matéria de vigilância e proteção da Amazônia*³¹⁵ foi assinado pelos ministros de Relações Exteriores e de Defesa de ambos os países e estabelecia o acesso do Peru ao sistema de vigilância da Amazônia (SIVAM) e a integração peruana ao SIPAM. Para tanto, o governo brasileiro daria a assistência técnica necessária para permitir ao Peru trocar em tempo real as informações de radar na faixa de fronteira comum, com a finalidade de vigiar e controlar o espaço aéreo nessa zona, com ênfase nas atividades ilícitas.³¹⁶ Do mesmo modo, o Peru se comprometia a adquirir progressivamente os meios tecnológicos para a utilização das informações relacionadas com o controle e preservação do meio ambiente, vigilância meteorológica e climatológica, saúde da população, levantamentos topográficos e uso do solo, educação, vigilância do espectro eletromagnético e vigilância territorial, relativas ao território peruano.³¹⁷ O objetivo final desse acordo era a criação de um centro de vigilância da Amazônia, situado em território peruano, com

capacidade de trocar informações com o SIPAM/SIVAM brasileiro. A esse respeito, ressalta De Zela:

Sem dúvida alguma, um dos méritos indiscutíveis da gestão de Toledo, e que figura entre os acordos a que chegaram ambos os mandatários, foi o acordo que deu início ao acesso progressivo do Peru ao Sistema de Proteção e Vigilância da Amazônia (SIVAM/SIPAM), que tem por objetivo compartilhar informações para um melhor controle do espaço aéreo fronteiriço, tendo em vista a próxima integração plena do Peru a esse sistema. Por muitos anos, essa questão esteve sob a consideração do Peru, e a aceitação do permanente convite brasileiro era um componente necessário dentro de uma visão geoestratégica de vinculação com a potência sub-regional.³¹⁸

Não devemos esquecer que a Amazônia é a maior floresta tropical do mundo, que possui mais de 50% das espécies existentes, produz um quinto do oxigênio do planeta, possui 15% da água doce e a terça parte da madeira do mundo. Além disso, é o maior purificador vegetal da atmosfera, já que absorve CO₂ para a fotossíntese.³¹⁹ Por sua vez, para o Peru, a Amazônia representa 61% do território nacional, isto é, abrange 739.399 km² da superfície total do país e 74%, segundo critérios hidrográficos. Além disso, a Amazônia acolhe mais de novecentas comunidades indígenas que pertencem a 42 grupos étnicos dentro de onze famílias etnolinguísticas, que são ricas em conhecimento sobre usos e propriedade dos recursos genéticos.³²⁰

Precisamente, pela grande importância da Amazônia, durante a década de 1980, diversos setores começaram a propor a internacionalização desse espaço geográfico “para impedir que os países sul-americanos a destruam”. O presidente americano Woodrow Wilson já havia sugerido isso em 1919, assim como Rockefeller em 1945. Alguns, como Hermann Kahn, propuseram que a Amazônia fosse considerada uma reserva internacional, pois em caso de uma guerra nuclear “seria uma das poucas áreas a salvo da contaminação atômica e, por conseguinte, zona de reserva para a transferência dos sobreviventes”.³²¹ Para tornar a proposta mais viável, dizia-se inclusive que a internacionalização da Amazônia se faria no interesse de toda a humanidade. Esse movimento internacional destinado a limitar a soberania brasileira e peruana sobre a Amazônia provocou a assinatura, em maio de 1989, da Declaração *da Amazônia*³²² e, posteriormente, a construção de um sistema de vigilância e controle, ao qual o Peru aderiu através desse memorando de entendimento.

- Esse sistema de vigilância oferece um conjunto de benefícios em diferentes áreas de particular importância, tais como:³²³
- o. Meio ambiente. O sistema permitirá contar com informações para prevenir incêndios florestais e desmatamento, evitando com isso a perda de recursos naturais. Essas informações também possibilitarão a identificação das áreas que requerem reflorestamento. Por outro lado, será possível contar com um banco de dados sobre biodiversidade amazônica, conhecer a localização exata e a quantidade de reservas disponíveis dos recursos madeireiros, minerais e petrolíferos e controlar a poluição na área da bacia amazônica.
 - p. Condições meteorológicas e climatológicas. O sistema permitirá monitorar as condições meteorológicas e climatológicas da região, bem como conhecer as variações hidrográficas ocorridas durante a época de chuvas, facilitando assim o tráfego de carga e pessoas.
 - q. Saúde. O SIVAM também deve permitir contar com informação para a prevenção e controle de endemias e epidemias.
 - r. Uso do solo. Outro benefício desse sistema é que possibilitará determinar os tipos de solo existentes com o propósito de controlar sua ocupação e o uso apropriado. Do mesmo modo, será possível saber que tipo de produção se realiza em cada área, como também facilitar o planejamento da produção de bens de acordo com as necessidades e particularidades de cada território.
 - s. Educação. Através desse sistema, as universidades ou institutos de pesquisa amazônicos poderão contar com maior e melhor informação, o que redundará em benefício dos projetos que desenvolvam e da formação que proporcionem aos seus estudantes.
 - t. Desenvolvimento socioeconômico. Também se poderá contar com informação atualizada em termos de desenvolvimento socioeconômico, o que possibilitará para as autoridades um melhor planejamento e melhores tomadas de decisões em suas políticas públicas.
 - u. Vigilância aéreo-territorial. No campo da segurança, o sistema facilitará a identificação de aeronaves e veículos dedicados a atividades ilegais, como o contrabando, o narcotráfico e o tráfico de armas. Contribuirá também para um melhor desenvolvimento dos voos de ação cívica e de resgate.

Em relação ao *Memorando de entendimento sobre integração física e econômica*, esse acordo reafirma a decisão de ambos os governos de executar os eixos de integração e desenvolvimento da IIRSA, quais sejam:

- a. *O eixo multimodal do Amazonas*. Trata-se de um eixo multimodal rodoviário-fluvial que parte dos portos de Paita e Bayóvar (região de Piura), no

Oceano Pacífico, e vai até os portos de Belém do Pará e Macapá, no Oceano Atlântico, atravessando as localidades fluviais de Tarapoto, Yurimaguas, Saramiriza e Iquitos em território peruano, e Tabatinga, Manaus, Itacoatiara e Santarém em território brasileiro. Também contempla um ramal central que conecta as regiões do centro do Peru com a futura via terrestre Pucallpa–Cruzeiro do Sul. Em síntese, 14 regiões do Peru se encontram na área de influência deste eixo, criando possibilidades econômicas favoráveis, como a exportação e o transporte dos fosfatos de Bayóvar para o Brasil, bem como a exportação por portos peruanos de soja ou outros grãos do centro-oeste brasileiro, da produção eletroeletrônica da Zona Franca de Manaus e do etanol brasileiro ao mercado norte-americano e asiático.³²⁴

Sobre os benefícios e possibilidades deste eixo, diz textualmente León Collazos:

Se levarmos em conta que Manaus apresenta uma renda anual média superior a dez bilhões de dólares e que as cidades que se situam dentro de sua área de influência abrigam uma população total próxima dos dezoito milhões de habitantes, a possibilidade de uma vinculação fortalecida entre esse polo e as regiões peruanas vinculadas ao Eixo do Amazonas representa uma grande oportunidade para o crescimento econômico destas últimas. De acordo com o estudo realizado pela Comissão para a Promoção de Exportações do Peru (PROMPEX), as atividades agropecuárias e extrativominerais são aquelas que, em termos percentuais, participam em menor medida do produto bruto interno da região amazônica brasileira que faz parte do Eixo do Amazonas. [...] o único estado vinculado ao Eixo do Amazonas que possui um setor produtivo agropecuário com participação relativamente importante na formação de seu PIB é o Pará, com quase 23%, enquanto que no caso dos estados de Amazonas, Roraima e Amapá, a participação agropecuária não ultrapassa em nenhum caso 6%. No que diz respeito ao setor extrativo mineral, as porcentagens de participação no PIB são ainda menores, sendo o Estado do Pará o que apresenta a maior porcentagem, com 3,14%.

Isso se deve, segundo o mesmo estudo, a três razões principais: 1) nunca foi vocação do Estado do Amazonas o desenvolvimento de atividades agropecuárias em nível competitivo; 2) as condições climáticas, com excesso de umidade e calor, favorecem o surgimento de bactérias que depois geram pragas nocivas; e 3) pressões ecológicas que impedem que as matas amazônicas brasileiras sejam substituídas em troca do crescimento deste setor.

Essa situação levou ao desenvolvimento de um parque industrial importante, principalmente no Estado do Amazonas, e ao descuido de um setor produtivo agropecuário incapaz de abastecer de insumos e alimentos toda a população amazônica, cuja demanda de alimentos de origem externa, segundo a PROMPEX, se estima que represente 85% de seu consumo.

Nesse sentido, o papel que as regiões peruanas podem assumir em um marco de interconexão física para seu benefício e desenvolvimento deve ser ativo e consequente com o potencial econômico existente, refletido na variedade de alimentos e insumos que podem ser produzidos e na disponibilidade de mão de obra.³²⁵

- b. O eixo *Peru–Brasil–Bolívia*, que abarca sete regiões da macrorregião Sul do Peru (Tacna, Moquegua, Arequipa, Apurímac, Cusco, Puno e Madre de Dios), os departamentos amazônicos da Bolívia (Pando e Beni) e quatro estados brasileiros (Amazonas, Acre, Rondônia e Mato Grosso); tudo isso cria um área de influência de 3,5 milhões de km². Essa rodovia é importante para a produção agrícola da região Centro-Oeste do Brasil (soja, algodão e carne) em sua saída para a Ásia e a América do Norte, bem como para a complementação econômica entre a macrorregião Sul do Peru e os estados brasileiros do Acre e Rondônia.³²⁶

Sobre as oportunidades que esse eixo pode representar, comenta novamente León Collazos:

Os benefícios que derivam da interconexão se refletem na possibilidade de aumentar o intercâmbio comercial intra e extrarregional, de gerar novas atividades produtivas e de criar um ambiente favorável para a chegada de investimento direto estrangeiro.

No que diz respeito à possibilidade de aumentar o intercâmbio comercial na zona, cabe ressaltar que, de acordo com um estudo preliminar elaborado pela PROMPEX, a produção agrícola no Acre está longe de abastecer sua demanda interna, uma vez que esse setor não alcançou os resultados esperados quanto ao seu desenvolvimento e crescimento. [...] diferentemente do Estado de Rondônia, que possui um setor agropecuário que representa quase 14% de seu PIB, no Acre esse setor participa com apenas 3,9% no seu produto total e não conta praticamente com um setor extrativo mineral.

De acordo com a PROMPEX, o baixo desenvolvimento do setor produtivo primário do Acre se deve principalmente, além das condições climáticas e das pressões ecologistas mencionadas anteriormente para os estados do

Eixo do Amazonas, às próprias condições do solo, geográficas e ambientais. A química dos solos têm características físicas favoráveis para a agricultura, mas com pouca reserva de nutrientes. A principal limitação desse tipo de solo é que gera acidez elevada e muito baixa fertilidade.

É por essa razão que, diante da incapacidade de se autoabastecer, o Acre deve importar produtos agrícolas provenientes de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, que se encontram a cerca de dois mil quilômetros de distância, o que aumenta o preço final desses produtos devido aos custos de transporte. Diante dessa situação, realizou-se um “Estudo Preliminar para a instalação do Centro de Distribuição e Vendas de Produtos da Macrorregião Sul do Peru ao Centro Oeste do Brasil”, no qual se destacou a conveniência de implementar esse centro no Estado de Acre, com o propósito de, mediante a oferta macrorregional do Sul peruano e de outras regiões, poder abastecer os estados fronteiriços brasileiros através da interconexão que oferece o Eixo. [...] a população total da área de influência vinculada ao Eixo Peru–Brasil–Bolívia que precisa ser abastecida de produtos primários é de mais de cinco milhões de pessoas, o que representa um número significativo de potenciais consumidores, sobretudo se levarmos em conta que a infraestrutura viária existente nessa área de influência permite uma real interconexão entre cada uma das cidades.³²⁷

- c. *O eixo interoceânico central* (Brasil, Bolívia, Paraguai, Chile, Peru): este eixo abarca todos os departamentos da Bolívia, com exceção de Pando; cinco estados brasileiros (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo); a primeira região do Chile; todo o Paraguai e quatro departamentos do Peru (Puno, Arequipa, Moquegua e Tacna). Vincula desse modo as regiões meridionais do Peru com a Bolívia e o Mercosul, partindo dos portos de Ilo e Matarani no Oceano Pacífico, passando por Bolívia e Paraguai, até os portos de Santos e Rio de Janeiro, no Oceano Atlântico.³²⁸

Sobre este eixo, diz León Collazos:

[o] respaldo concedido a esse Eixo responde à visão de uma interconexão efetiva entre os polos econômicos da bacia do Atlântico (Rio de Janeiro e São Paulo, no Brasil) com os portos do Peru e do Chile, no Pacífico. De uma perspectiva político-econômica, o Eixo Interoceânico Central permite uma integração física entre o Peru (particularmente Puno, Arequipa, Moquegua e Tacna) com os países do Mercosul.

Nesse sentido, a consolidação desse Eixo adquire uma renovada importância ao finalizarmos as negociações para o Tratado de Livre Comércio entre

o Peru e o Mercosul, pois pode servir como meio de transporte principal para o intercâmbio dos produtos que nossas regiões podem oferecer aos demais países.³²⁹

Como se sabe, a IIRSA é uma iniciativa multinacional que envolve os doze países da América do Sul (Argentina, Equador, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela), e propõe uma integração da infraestrutura de maneira multissetorial: transporte multimodal, energia e telecomunicações. Na IIRSA, priorizou-se o trabalho em diversos setores: marcos normativos de mercados energéticos regionais, sistemas operacionais de transporte aéreos, sistemas operacionais de transporte marítimo, sistemas operacionais de transporte multimodal, harmonização de políticas regulatórias e de interconexão, facilitação de travessia de fronteiras e instrumentos para o financiamento de projetos de integração física regional. Finalmente, a IIRSA não implica somente uma melhoria da infraestrutura em si, mas também de uma logística integral que inclua a melhoria das regulamentações alfandegárias; da facilitação do trânsito de pessoas, veículos, mercadorias e cargas na travessia de fronteiras; a articulação dos sistemas energéticos e de telecomunicações, bem como a articulação dos mercados de serviços de logística (frete, seguros, armazenamento de cargas etc.).³³⁰

Em relação aos benefícios econômicos potenciais para o Peru do funcionamento da rodovia interoceânica, Bonifaz estima que, entre 2006 e 2030, ela terá produzido somente na macrorregião Sul benefícios totais estimados em 2,531 bilhões de dólares (302 milhões de benefícios diretos, isto é, 11,93%; e 2,229 bilhões de benefícios indiretos, o que significa 88,07%). Os benefícios diretos associados à construção da Rodovia Interoceânica têm estrita vinculação com as economias em custos operacionais e tempo efetivo de viagem dos veículos que transitarão por ela. Os benefícios indiretos estão mais vinculados ao incremento das atividades econômicas como consequência da existência da rodovia, sendo os setores mais beneficiados a agricultura, a manufatura, o comércio e os serviços vinculados ao transporte e turismo.³³¹

Do mesmo modo, a construção da rodovia interoceânica, que conta com 2.594 quilômetros de comprimento, divididos em cinco trechos, executados em sua maior parte pela empresa brasileira Odebrecht, significou um investimento de 1,9 bilhões de dólares. Essa estrada teve um notável aumento de tráfego de 363%, reduzindo em seis horas o tempo de viagem,

o que implica uma economia para os usuários de 142 milhões de dólares por ano. A construção dessa rodovia gerou 2.329 empregos (2.178 empregos diretos e 151 indiretos), sendo 52% dos trabalhadores de caráter local. Ademais, ela possibilita que os produtos da macrorregião Sul do Peru cheguem com maior rapidez e facilidade tanto à bacia do Pacífico como à do Atlântico.³³²

Além disso, essa iniciativa constitui o elemento central de uma estratégia de desenvolvimento e integração dos mercados regionais e de inserção econômica internacional, baseada na interconexão bioceânica. Partese, com bons motivos, da premissa de que Peru e Brasil podem ser o centro de integração do espaço sul-americano para o mundo.³³³

Pode-se dizer então que, em agosto de 2003, se formalizou o estabelecimento da *Aliança estratégica entre o Peru e o Brasil*, a qual tem por base: a maior extensão territorial da região voltada para a bacia amazônica; amplas coincidências políticas (fortalecimento da democracia e dos direitos humanos, empenho na luta contra a pobreza, afirmação do multilateralismo, aposta na integração física e na interconectividade viária, fluvial e terrestre etc.); a aspiração de consolidar um espaço sul-americano de paz; a conveniência de uma associação energética, particularmente para a interconexão elétrica; e a busca de uma complementação no campo econômico, comercial e dos investimentos.

Segundo a *Declaração conjunta presidencial de 25 de agosto de 2003*, a aliança estratégica se sustenta em certos princípios básicos, tais como:

O respeito ao Direito Internacional e aos princípios contidos na Carta das Nações Unidas, especificamente: a igualdade soberana dos Estados, a manutenção da paz e da segurança em suas relações bilaterais, a solução pacífica de controvérsias, o cumprimento dos compromissos internacionais, a intangibilidade das fronteiras e a não intervenção em assuntos internos de outros Estados.

A cooperação, a complementação, a equidade e a reciprocidade [...].³³⁴

Finalmente, diz textualmente Couturier, a aliança estratégica persegue a consecução dos seguintes objetivos:

- A integração física e econômica conforme a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), e o Memorando de entendimento assinado sobre essa temática em agosto de 2003 [...].

- A implementação desses eixos deve ir mais além de serem somente corredores eficientes para facilitar a produção e o comércio de bens, já que eles são fundamentais no processo de integração e complementação econômica entre as macrorregiões Norte e Sul do Peru, as regiões amazônicas fronteiriças e os estados de Amazonas, Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul [...].
- A cooperação em questões de vigilância e proteção da Amazônia, em cujo marco se acertou a integração peruana ao Sistema de Proteção e Vigilância da Amazônia (SIVAM-SIPAM) [...].
- A consolidação e ampliação do acesso do Peru ao mercado brasileiro, promovendo a abertura e diversificação de nossas exportações. [...]
- A participação ativa do Peru no acordo entre o Mercosul e a Comunidade Andina [...].
- A consolidação de uma relação bilateral moderna e fortalecida em seus diferentes níveis políticos [...].
- O incremento da cooperação científica e tecnológica entre ambos os países, principalmente no setor agropecuário, no uso de biocombustíveis e na produção de etanol no Peru [...].
- A cooperação, o intercâmbio de experiências, a capacitação e o assessoramento recíproco para a execução dos programas inspirados nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas [...].
- A cooperação na transferência de tecnologias desenvolvidas pelo Brasil para combater a desertificação do Nordeste brasileiro, com o objetivo de apoiar a atividade produtiva da costa e da serra peruanas [...].
- A cooperação no setor energético [...].³³⁵

Depois desse importante intercâmbio de visitas presidenciais e da formalização da aliança estratégica, continuaram os contatos entre as altas autoridades de ambos os países. Foi assim que, em 8 de janeiro de 2004, o ministro das Relações Exteriores do Peru, Manuel Rodríguez, realizou uma visita de trabalho ao Brasil. Mais adiante, em 10 de fevereiro, o chanceler brasileiro Celso Amorim visitou o Peru para a primeira reunião do *Mecanismo de coordenação e acompanhamento de chanceleres*, ocasião em que se reafirmou a Aliança Estratégica entre ambos os países, no *Comunicado conjunto* assinado pelos chanceleres Rodríguez e Amorim. Do mesmo modo, nessa data assinou-se o *Acordo sobre facilidades para a entrada e trânsito de nacionais*, o qual permite o uso do documento nacional de identidade dos cidadãos de ambos os países para viagens turísticas.

Em 20 de agosto de 2004, os dois países celebraram o *Acordo complementar ao Acordo básico de cooperação técnica e científica na área de recursos naturais e meio ambiente*.³³⁶ Enquanto que em 8 de dezembro assinaram o *Protocolo de Intenções sobre roaming internacional*³³⁷ e o Memorando de entendimento de cooperação técnica para a exportação por remessas postais para as pequenas e médias empresas. Posteriormente, por motivo da inauguração da rodovia interoceânica, reuniram-se em Puerto Maldonado, em 8 de setembro de 2005, os presidentes Alejandro Toledo e Luiz Inácio Lula da Silva, junto com o presidente boliviano Eduardo Rodríguez.

Esse intercâmbio de visitas presidenciais e de altas autoridades dos dois países reflete o excelente estado a que chegou a relação bilateral durante esse período, na medida em que traduzia a importância que cada país concedia a ela. Tanto Peru como Brasil estavam conscientes dos benefícios do fortalecimento da cooperação entre ambos, ao ponto de converter os encontros entre os presidentes e ministros em uma sadia prática bilateral.

Em 30 de novembro de 2005, foi protocolado na ALADI o *Acordo de complementação econômica* (ACE 58), entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, Estados-partes do Mercosul, com o Peru, o qual fora assinado em 2003 e que tem por objetivos:

- a. Criar um espaço econômico ampliado que facilite a livre circulação de bens e serviços e a plena utilização dos fatores produtivos, em condições de competição entre as partes.
- b. Formar uma área de livre comércio entre as partes contratantes mediante a expansão e diversificação do intercâmbio comercial e da eliminação das restrições tarifárias e das não tarifárias que afetem o comércio recíproco.
- c. Alcançar um nível de desenvolvimento mais harmônico na região, levando em conta as assimetrias.
- d. Promover o desenvolvimento e a utilização da infraestrutura física, com ênfase nos corredores de integração, que permitam a diminuição de custos e a geração de vantagens competitivas no comércio regional recíproco [...].
- e. Estimular os investimentos entre os agentes econômicos.
- f. Promover a complementação e cooperação econômica, energética, científica e tecnológica.³³⁸

Além disso, o ACE 58 permite acumular materiais originários dos países membros da CAN; ou seja, se se inclui um insumo originário de algum membro da CAN, ele poderá ser considerado como se fosse originário do Peru. Também incorpora uma cláusula pela qual se cria a possibilidade

de suspender os benefícios da liberação nos casos em que se demonstre que um país concede subsídios à exportação. Essa medida corretiva se efetua depois de um breve procedimento de consultas e é independente da faculdade que cada país possui de recorrer à OMC. Estabelece também um mecanismo de defesa permanente da produção nacional (salvaguarda), de forma que se aumentarem as importações provenientes do Mercosul ou de algum de seus países e estas causarem dano ou ameaças de dano à indústria nacional, o Peru pode suspender ou diminuir as preferências para corrigir o dano. As medidas de salvaguarda poderão ter uma duração máxima de dois anos.³³⁹

O ACE 58 significou para o Peru a isenção imediata de uma grande quantidade de produtos em seiscentas posições pautais, ao que se acrescenta um cronograma geral de isenção paulatina de produtos, que no caso do Peru vence em 2014. Todos os produtos, incluindo os sensíveis (exceto o açúcar e derivados), deverão estar livres de qualquer tipo de distorção até 2019.³⁴⁰

Retomando as visitas presidenciais, em 21 de janeiro de 2006, reúnem-se novamente os presidentes Toledo e Lula da Silva quando da inauguração da Ponte da Integração que une as localidades de Iñapari e Assis Brasil, momento em que aproveitam para firmar uma nova Declaração Conjunta sobre integração física e conservação do meio ambiente. Depois, o chanceler do Brasil Celso Amorim volta a visitar o Peru, em 17 de fevereiro de 2006, por ocasião da segunda reunião do Mecanismo de Coordenação e Acompanhamento de Chanceleres.³⁴¹ Nessa oportunidade, foram assinados uma *Declaração Conjunta* e o *Memorando de entendimento para a promoção do comércio e investimentos*,³⁴² em virtude do qual se criou o Grupo Executivo de Trabalho Peruano-Brasileiro (GET), com o propósito de fomentar o fluxo do comércio bilateral, reduzindo as assimetrias do intercâmbio comercial. Celebraram-se também o *Acordo marco para a cooperação dos usos pacíficos do espaço ultraterrestre*,³⁴³ o *Convênio e o Protocolo para evitar a dupla tributação e para prevenir a evasão fiscal com respeito ao imposto sobre a renda*,³⁴⁴ o *Acordo complementar ao Acordo básico de cooperação técnica e científica para a implementação do projeto de transferência de métodos e instrumentos de gestão de projetos de pesquisa e desenvolvimento agrário*,³⁴⁵ e o *Memorando de entendimento entre a empresa brasileira de pesquisa agropecuária, o Instituto de Desenvolvimento Agrário de Lambayeque e o governo regional de*

Lambayeque.³⁴⁶ Também decidiu-se a criação da Comissão Binacional de Promoção e Coordenação para a Implementação dos Eixos de Integração e Desenvolvimento Bioceânicos entre o Peru e Brasil, que teria como missão elaborar planos de desenvolvimento para cada um dos eixos interoceânicos, a fim de que exista uma harmonização em ambos os lados da fronteira.³⁴⁷

Em 8 de março de 2006, os dois países assinam a *Declaração conjunta sobre cooperação entre a estratégia Fome Zero e o Programa Juntos*.³⁴⁸ De 27 a 29 de março, realiza-se em Brasília a quinta reunião da Comissão Mista Peruano-Brasileira Antidrogas. Depois, em 31 de maio, são assinados oito acordos complementares ao *Acordo básico de cooperação técnica e científica para a implementação dos projetos de capacitação em técnicas e métodos modernos de manejo de espécies ictíicas amazônicas*,³⁴⁹ *de controle de raiva silvestre*,³⁵⁰ *prevenção da exposição a metais pesados e solventes*,³⁵¹ *desenvolvimento rural e apoio ao plano Meriss Inka*,³⁵² *recuperação ambiental da região de Huaypetuhe*,³⁵³ *implementação do sistema eletrônico de contratações do Estado*,³⁵⁴ *desenvolvimento de cultivos alternativos para a produção de biocombustíveis*,³⁵⁵ e o *fortalecimento institucional das assessorias internacionais dos Ministérios da Saúde de Peru e Brasil*.³⁵⁶

O intercâmbio comercial

Em relação a este tema, caberia destacar que o intercâmbio comercial entre Peru e Brasil aumentou de maneira notável durante esse período, passando de US\$ 555 milhões em 2001 para US\$ 2,408 bilhões em 2006, ou seja, um incremento de 334% em apenas cinco anos, como podemos ver a seguir na Tabela 2 e no Gráfico 7:

Tabela nº 2

Intercâmbio comercial Peru–Brasil 2001–2006 (em milhões de dólares)

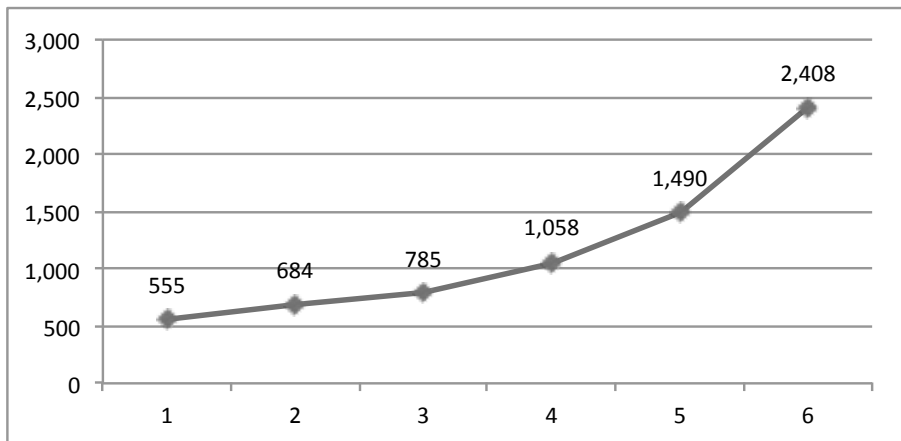
Ano	Exportação (valor FOB)	Importação (valor FOB)	Intercâmbio total	Balança comercial
2001	227	328	555	-101
2002	194	490	684	-296
2003	231	554	785	-323
2004	358	700	1,058	-342
2005	458	1,032	1,490	-574
2006	802	1,606	2,408	-804

Fonte: SUNAT. Elaboração: Oficina de Promoção Econômica do MRE.

Gráfico nº 7

Evolução do intercâmbio comercial Peru–Brasil 2001–2006

(em milhões de dólares)



Fonte: SUNAT. Elaboração: IDEI.

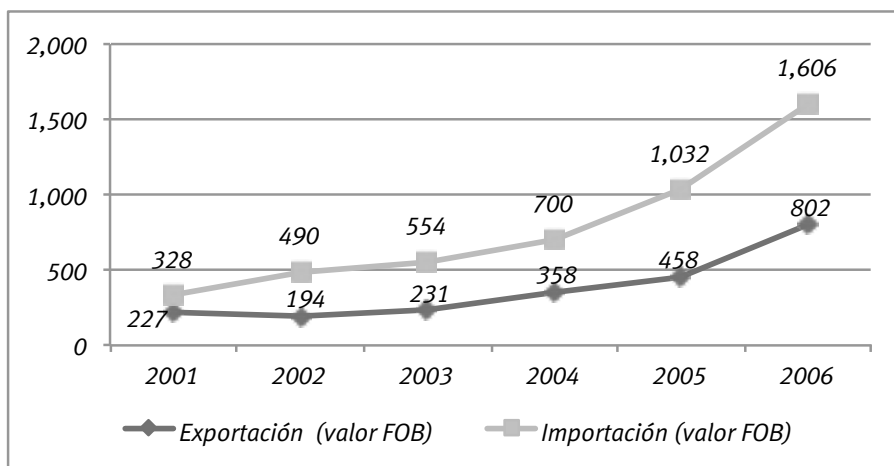
É preciso destacar, então, que a assinatura dos acordos de 2003 supõe, também, um ponto de inflexão na relação econômico-comercial que se reflete no crescimento de 35% do intercâmbio entre 2003 e 2004, ultrapassando pela primeira vez os três dígitos em sua história bilateral, e de 207% entre 2003 e 2006. A partir de então, o intercâmbio bilateral se caracterizaria por um perfil fortemente ascendente.

No que diz respeito às importações nesse quinquênio, elas aumentaram de US\$ 328 milhões para US\$ 1,606 bilhão, isto é, em 390%; enquanto que, no mesmo período, as exportações cresceram de US\$ 227 milhões para US\$ 802 milhões, o que, em termos percentuais, significa um aumento de 253%.

Gráfico nº 8

Evolução das exportações e importações peruanas 2001–2006

(em milhões de dólares)

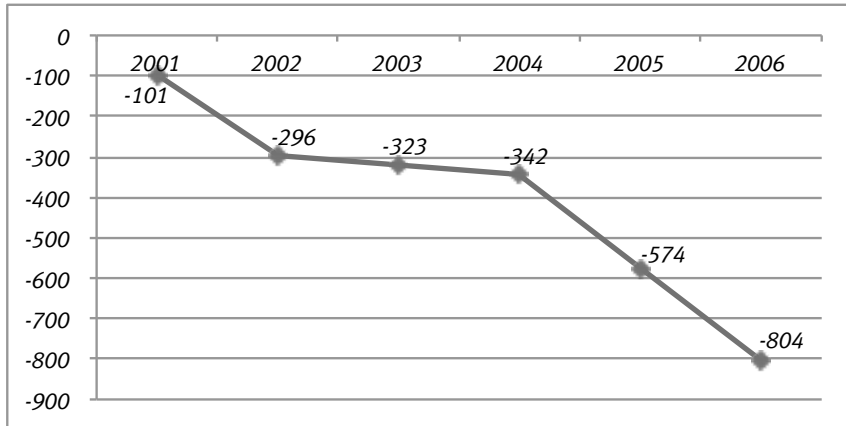


Fonte: SUNAT. Elaboração: IDEI.

Não obstante, observa-se que, apesar do crescimento das exportações peruanas, a balança comercial em todo esse período foi sempre negativa para o Peru, despencando de -101 milhões de dólares para -804 milhões de dólares, ou seja, o déficit de nossa balança comercial cresceu 696% em cinco anos.

Gráfico nº 9

Evolução da balança comercial 2001–2006 (em milhões de dólares)



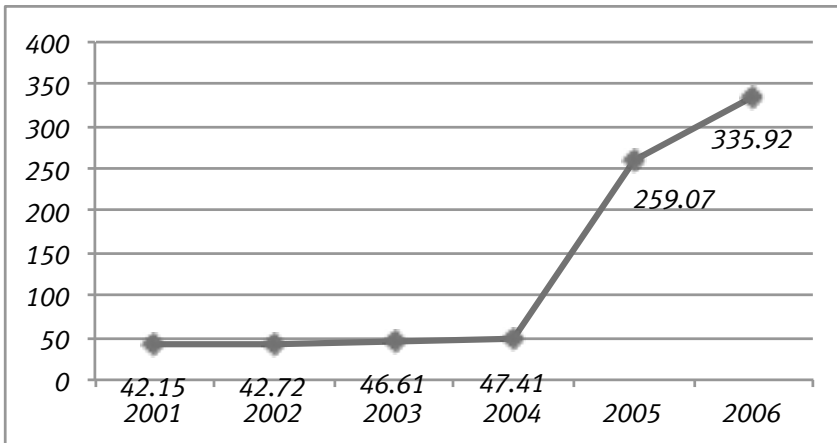
Fonte: SUNAT. Elaboração: IDEI.

O investimento

Quanto ao investimento bilateral, ele também evoluiu positivamente durante o período 2001–2006, passando o investimento brasileiro no Peru de 42,15 milhões de dólares a 335,92 milhões de dólares, ou seja, um crescimento de 697%, conforme podemos ver no seguinte gráfico:

Gráfico nº 10

Evolução do investimento brasileiro no Peru 2001–2006
(em milhões de dólares)



Fonte: SUNAT. Elaboração: IDEI.

No entanto, como não existe obrigatoriedade de registrar o investimento estrangeiro no Peru, as cifras oficiais não costumam refletir o montante total real. Assim, segundo estimativas das empresas brasileiras no Peru, os investimentos desse país superariam amplamente este número. Não obstante, até mesmo neste último caso se trataria de cifras ainda reduzidas, se levarmos em conta o número de empresas transnacionais brasileiras e o volume de investimento que elas manipulam.

A cooperação cultural

Finalmente, na área da cooperação cultural, pode destacar-se a realização da primeira reunião da Comissão Mista Cultural Peru–Brasil, entre 20 e 21 de novembro de 2003, na qual ambos os governos se comprometeram a fortalecer a cooperação na área de proteção ao patrimônio cultural e no campo das artes visuais, museus, música e artes cênicas, literatura, esportes, dança, arquivos e bibliotecas, rádio, televisão, cinematografia e educação.

Nessa reunião também foi aprovado o Programa Executivo 2004–2007, no qual se estabeleceram as prioridades de cooperação nesse período.³⁵⁷

Em conclusão, durante o governo de Alejandro Toledo, não somente se conseguiu concretizar a aliança estratégica com o Brasil, como também se realizou uma multiplicidade de visitas de altos funcionários estatais, bem como foram assinados numerosos convênios e projetos de cooperação, além do incremento do comércio bilateral e do investimento brasileiro no Peru. Tudo isso nos permite concluir que, durante esse governo, se alcançou sem dúvida o nível mais alto na relação, em toda nossa história bilateral.

O segundo governo de Alan García (2006–2011)

O aprofundamento da aliança estratégica

No que diz respeito a nossas relações bilaterais com o Brasil, o segundo governo de García estimulou, juntamente com o governo do presidente Lula da Silva, a consolidação e o aprofundamento da aliança estratégica, enfatizando especialmente os aspectos de desenvolvimento social e econômico. Quanto ao primeiro aspecto, García destacou desde o início a experiência positiva das políticas sociais de efeito imediato postas em prática pelo presidente brasileiro. Foi o caso dos programas *Fome Zero*, *Minha Casa*, *Minha Vida* e *Bolsa Família*, destinados a melhorar a distribuição de renda e a reduzir a pobreza, o que se traduziu na consolidação no Brasil de uma ampla classe média que se estima em aproximadamente 90 milhões de pessoas, e que um vasto setor de sua população saísse da pobreza extrema (32 milhões de pessoas).

A importância que García atribuiu a esta relação se traduz na visita que como presidente eleito fez ao Brasil em junho de 2006, ocasião em que se encontrou com o presidente brasileiro.

Pouco tempo depois, de 24 a 26 de agosto do mesmo ano, o ministro de Relações Exteriores do Peru José Antonio García Belaúnde realiza uma visita de trabalho ao Brasil; e mais adiante, em 26 de setembro, o secretário geral do Itamaraty, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, visita Lima no marco da sétima reunião do Mecanismo Permanente de Consulta, Informação e Cooperação em Assuntos Internacionais e em Questões de Interesse Comum Peru-Brasil.³⁵⁸

Complementando esses contatos, o presidente García realizou uma visita de Estado ao Brasil em 9 de novembro, cujo propósito específico era aprofundar a aliança estratégica concertada em 2003. O presidente peruano foi recebido pelo presidente Lula da Silva e estava acompanhado pelos ministros de Relações Exteriores, Defesa, Trabalho e Promoção do Emprego, Comércio Exterior e Turismo, Energia e Minas, Transportes e Comunicações, Habitação, Construção e Saneamento.

Nessa visita de Estado foram assinados treze instrumentos internacionais de grande importância: duas declarações ministeriais (*Declaração sobre a criação do mecanismo de consulta e cooperação entre os ministérios de Relações Exteriores e de Defesa do Peru e do Brasil*,³⁵⁹ e a *Declaração dos ministros de Defesa do Peru e do Brasil sobre cooperação em matéria de vigilância da Amazônia*) e onze tratados bilaterais: *Memorando de entendimento para o estabelecimento de uma comissão mista permanente em matéria energética, geológica e de mineração*; *Memorando de entendimento sobre a luta contra a pobreza e a fome*;³⁶⁰ *Acordo complementar ao Acordo básico de cooperação científica e técnica para a implementação do projeto “Fortalecimento institucional do programa nacional de apoio direto aos mais pobres”*;³⁶¹ *Acordo complementar ao Acordo básico de cooperação científica e técnica para a implementação do projeto “Gestão descentralizada dos programas sociais”*;³⁶² *Acordo complementar ao Acordo básico de cooperação científica e técnica para a implementação do projeto “Fortalecimento da regulamentação e fiscalização em saúde pública no processo de descentralização dos Ministérios de Saúde do Peru e do Brasil”*;³⁶³ *Acordo complementar ao Acordo básico de cooperação científica e técnica para a implementação do projeto “Fortalecimento da capacidade de resposta dos serviços de saúde frente a uma pandemia de influenza”*;³⁶⁴ *Acordo complementar ao Acordo básico de cooperação científica e técnica para a implementação do projeto “Implementação e adequação de normas técnicas da estratégia sanitária nacional de DST/HIV/AIDS”*;³⁶⁵ *Memorando de entendimento sobre cooperação em biotecnologia*;³⁶⁶ *Memorando de entendimento para cooperação no consórcio internacional para o sequenciamento do genoma da batata*;³⁶⁷ *Memorando de entendimento sobre cooperação educacional*;³⁶⁸ e o *Acordo-quadro de cooperação em matéria de Defesa*.³⁶⁹

A diversidade de matérias sobre as quais se chegaram a acordos durante a visita de Estado do presidente Alan García evidenciou o real interesse de Peru e Brasil não somente em dotar de conteúdo a aliança estratégica

existente, mas também seu desejo de aprofundá-la e diversificar as áreas de sua aplicação. Este trabalho foi magnificamente complementado pelos esforços desenvolvidos pelo setor privado de ambos os países.

Com efeito, durante a visita do presidente García, promoveram-se encontros entre investidores, empresários e comerciantes peruano-brasileiros. Exemplo disso é que o dia 10 de novembro foi dedicado a atividades de promoção econômica, comercial e de investimentos e turismo na cidade de São Paulo. Além disso, o presidente peruano foi encarregado de inaugurar o *Seminário sobre investimentos e comércio*, convocado pela Federação de Indústrias do Estado de São Paulo, evento do qual participaram 250 empresários, entre eles 52 empresários peruanos do mais alto nível.

Ao término dessa visita, foi emitido o comunicado conjunto *Peru-Brasil: Ampliando os horizontes de uma aliança estratégica*, no qual se faz um balanço dos acordos alcançados e das atividades desenvolvidas nessa ocasião.³⁷⁰

A visita oficial seguinte ocorreria em 20 de agosto de 2007, quando o chanceler brasileiro Celso Amorim foi recebido em audiência especial pelo presidente García. Durante sua estadia, foi assinado um comunicado conjunto no qual se fez constar que ambos os Estados revisaram os temas da agenda bilateral, reiterou-se o compromisso de aprofundar a cooperação, e concordou-se em reativar o Grupo de trabalho binacional sobre cooperação amazônica e desenvolvimento fronteiriço. Além disso, aproveitaram a oportunidade para expressar a vontade de continuar os trabalhos desenvolvidos no âmbito do *Plano estratégico para a integração sul-americana*; e também deram respaldo à Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, entre outros acordos.

Durante essa visita também foram assinados dois projetos de cooperação sobre *Fortalecimento institucional do programa nacional de apoio direto aos mais pobres e o de Gestão descentralizada dos programas sociais*.³⁷¹ Essa visita também serviu para materializar a ajuda humanitária do Brasil ao Peru em consequência do terremoto de 15 de agosto no sul peruano.³⁷² Neste sentido, o Brasil fez uma doação de alimentos não perecíveis levados em aviões da Força Aérea Brasileira, bem como enviou um contingente médico, purificadores de água, medicamentos e outros itens, em apoio aos atingidos pelo terremoto.

Durante a estadia do ministro Amorim, preparou-se a visita oficial do presidente Lula da Silva ao nosso país, que veio a ocorrer em 17 de

maio de 2008. O presidente brasileiro estava acompanhado por seus ministros das pastas de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Minas e Energia, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, bem como do ministro chefe da Secretaria de Comunicação Social. Nessa visita, os presidentes emitiram um comunicado conjunto no qual constataram os avanços registrados na agenda bilateral e também ressaltaram o papel de plataforma para a Ásia-Pacífico que o Peru representa para as exportações brasileiras, em virtude de sua vinculação preferencial com as economias dessa região, bem como a importância do acesso das exportações peruanas, através de território brasileiro, aos mercados dos países do Atlântico. Do mesmo modo, coincidiram em priorizar certas áreas da agenda bilateral vinculadas à cooperação e ao desenvolvimento fronteiriços, cooperação energética nas áreas de gás, petróleo e biocombustíveis, interconexão elétrica e investimentos.³⁷³ Finalmente, os presidentes inauguraram o *II Seminário Oportunidades de comércio e investimentos brasileiros no Peru*, que contou com uma importante presença de empresários e representantes de associações empresariais.

Na visita do presidente Lula foram assinados dez convênios complementares ao *Acordo básico de cooperação científica e técnica de 1975*, para a implementação dos projetos sobre assistência técnica em desenvolvimento urbano para assentamentos amazônicos;³⁷⁴ sobre inspeção de trabalho;³⁷⁵ transferência da experiência brasileira sobre micro e pequena empresa;³⁷⁶ fortalecimento do processo de implementação da vigilância sanitária internacional em portos, aeroportos e fronteiras do Peru;³⁷⁷ para o manejo sustentável de florestas amazônicas e recuperação de áreas degradadas;³⁷⁸ recuperação ambiental em áreas impactadas pela mineração artesanal na região amazônica;³⁷⁹ prevenção, combate e erradicação do trabalho forçado e eliminação das piores formas de trabalho infantil;³⁸⁰ apoio à modernização da administração pública;³⁸¹ promoção de cultivos alternativos para a produção de biocombustível;³⁸² e mapeamento geológico e de recursos minerais em áreas fronteiriças.³⁸³ Também foram assinados o Convênio de integração energética entre o Ministério de Energia e Minas do Peru e o Ministério de Minas e Energia do Brasil, e o Memorando de entendimento entre as empresas Petrobras, PetroPerú e Braskem, para o desenvolvimento no Peru de um projeto petroquímico integrado para a produção de etileno e polietileno.³⁸⁴

Os presidentes García e Lula reiteraram a decisão de implementar os compromissos assumidos em relação a três áreas em que existe uma maior

interação entre as populações dos dois países: Islandia (Peru) – Benjamim Constant (Brasil), Puerto Esperanza (Peru) – Santa Rosa (Brasil), e Iñapari (Peru) – Assis Brasil (Brasil). Também instruíram os setores respectivos de cada país a agilizar a conclusão do *Memorando de entendimento na área de biocombustíveis*, e concordaram em coordenar propostas, através de suas respectivas chancelarias e missões diplomáticas em Genebra junto à OMC, para adequar o sistema de patentes aos mandatos da *Convenção sobre diversidade biológica* de acordo com a perspectiva do desenvolvimento sustentável, da proteção dos recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais. Finalmente, combinou-se a integração de um oficial peruano ao contingente brasileiro a serviço da Missão das Nações Unidas para a Estabilização de Haiti (MINUSTAH).³⁸⁵

Dois meses depois do encontro García-Lula, em 20 de julho, os dois presidentes voltaram a reunir-se em Leticia, acompanhados do presidente da Colômbia, por ocasião do 198º aniversário da independência colombiana, e assinaram o *Memorando de entendimento para combater as atividades ilícitas nos rios fronteiriços e/ou comuns*.

Continuando com a prática das visitas presidenciais, em 18 de setembro de 2008 o presidente Alan García realiza uma visita de trabalho a São Paulo para participar do evento de promoção EXPOPERÚ 2008, como forma de promover os investimentos, o comércio, o turismo, a cultura e a gastronomia peruana no Brasil. Realizaram-se também exposições e diálogos para os ministros de Estado e os empresários peruanos, efetuaram-se centenas de encontros empresariais que fecharam negócios de vários milhões de dólares. O presidente estava acompanhado pelos ministros de Relações Exteriores, Transportes e Comunicações, Comércio Exterior e Turismo, Habitação, Construção e Saneamento, e Energia e Minas, bem como pelos presidentes regionais de Ancash, Cajamarca, Junín, Lambayeque, Loreto e Ucayali, além de 350 empresários e representantes de associações empresariais. Esta visita serviu para que os presidentes de Peru e Brasil, bem como seus ministros de Estado se reunissem e revisassem a agenda bilateral. Finalmente, organizou-se uma exposição cultural de tecidos Paracas que foi visitada por milhares de paulistas, reforçando a imagem da riqueza cultural do Peru.³⁸⁶

Essas visitas presidenciais seriam complementadas por uma sucessão de reuniões de trabalho entre os chanceleres do Peru e do Brasil, como também dos órgãos de acompanhamento criados por ambos os países.

Nesse sentido, em 20 de outubro de 2008, realizou-se em Lima a primeira reunião da Comissão Bilateral de Monitoramento Peru-Brasil, voltada ao intercâmbio de informações sobre as políticas comerciais aplicadas pelos dois países e ao exame de questões relativas aos aspectos aduaneiros, fitossanitários e sanitários.

Em 13 de março de 2009, ocorre em Lima a segunda reunião do Mecanismo de Consulta e Cooperação entre os Ministérios de Relações Exteriores e de Defesa (2+2) de ambos os países. Esse mecanismo foi criado em 9 de novembro de 2006, por ocasião da visita de Estado do presidente García ao Brasil.

Em 16 de abril de 2009, o chanceler José Antonio García Belaúnde visita a cidade do Rio de Janeiro para realizar uma reunião de trabalho com seu colega brasileiro, em preparação do encontro presidencial que se realizaria naquele mesmo mês. Dias depois, em 22 e 23 de abril, acontece a quinta reunião do Grupo de Trabalho Binacional sobre Cooperação Amazônica e Desenvolvimento Fronteiriço, mecanismo que busca definir e implementar políticas destinadas a melhorar as condições de vida da população da fronteira, criar as bases para seu desenvolvimento integrado e vincular esses espaços aos eixos econômicos transversais que vêm sendo criados entre ambos os países.

Depois dessas reuniões, realiza-se um novo e frutífero encontro presidencial. Com efeito, em 28 de abril de 2009, o presidente Alan García, acompanhado por vários ministros de Estado e pelos presidentes regionais de Madre de Dios, Cusco, Arequipa, Tacna, Moquegua e Puno, se reúne na cidade de Rio Branco, Estado do Acre, com Lula da Silva, com o propósito de promover a cooperação e a relação entre o Sul do Peru e os estados do Centro-Oeste brasileiro, para dessa forma consolidar sua vinculação econômica bilateral.

Nessa visita, realizou-se um foro empresarial e uma rodada de negócios em que empresários do Sul do Peru e dos estados brasileiros do Acre, Rondônia, Amazonas e Mato Grosso puderam dialogar e analisar oportunidades de trabalho. Assinaram-se também dez acordos de cooperação em matéria de pesquisa agrícola e recursos naturais; apoio às micro e pequenas empresas;³⁸⁷ facilitação do transporte internacional; fortalecimento das capacidades dos sistemas de saúde; e melhoria da qualidade da educação. Do mesmo modo, os ministros de Relações Exteriores, mediante troca de notas, aprovaram o *Reglamento dos comitês de fronteira*.³⁸⁸

Também celebrou-se o *Acordo para suprimir o uso e apresentação da carteira internacional de tripulante terrestre em nível bilateral, para fins de transporte internacional de carga e passageiros*,³⁸⁹ bem como dois acordos complementares ao *Convênio básico de cooperação técnica e científica de 1975: Fortalecimento das capacidades dos sistemas de saúde do Peru e Brasil*³⁹⁰ e *Fortalecimento da qualidade educacional nas áreas prioritárias da formação técnico profissional peruana*.³⁹¹ Por último, emitiu-se um comunicado conjunto denominado *Compromisso de Rio Branco*.³⁹²

Nesse comunicado conjunto, agradeceu-se ao Peru sua decisão de adotar o padrão japonês-brasileiro de televisão digital terrestre; os presidentes expressaram sua decisão de examinar oportunidades de cooperação na área de produção e consumo de biocombustíveis; manifestaram igualmente, no que diz respeito às energias renováveis, estabelecer as condições para promover o interesse comum da integração; reconheceram a necessidade de incrementar os laços de integração econômica na zona de fronteira, dispendo que se adotem medidas para aumentar o fluxo comercial e econômico, aumentando a oferta de serviços relacionados ao comércio e ao turismo, realizando atividades conjuntas para a difusão de oportunidades de negócios, e para aumentar o intercâmbio de informação sobre controle sanitário e fitossanitário. Os presidentes expressaram no comunicado a importância de completar as obras de interconexão física (rota interoceânica), a necessidade de facilitar a navegação dos rios de fronteira, bem como a cooperação das áreas de meio ambiente, saúde, educação e cultura. Por último, os mandatários enfatizaram a importância de favorecer investimentos na área de integração energética, assumindo o compromisso de elaborar uma proposta de convênio bilateral nesse sentido, incluindo as fontes de energia renovável.

Depois dessa visita presidencial, ocorreria (em 28 e 29 de maio desse ano) a oitava reunião do Grupo de Trabalho Peru-Brasil sobre Cooperação Ambiental Fronteiriça, mecanismo que busca a coordenação de questões de interesse comum para a conservação e aproveitamento sustentável dos recursos naturais e ecossistemas amazônicos.

Em 14 de agosto de 2009, Lima recebe a visita do chanceler Celso Amorim, ocasião em que foi emitido um comunicado conjunto no qual se faz um balanço das questões tratadas durante a visita do ministro: *cooperação e integração fronteiriça* (Rodovia Interoceânica Sul, trânsito de veículos particulares, classificação de aeroportos e voos transfronteiriços,

melhoria de infraestrutura aeroportuária em zona de fronteira etc.); *promoção do comércio e integração econômica* (evitar a dupla tributação, prevenir a evasão fiscal, impulso ao Grupo Executivo de Trabalho (GET), criação de um Conselho Empresarial Peruano–Brasileiro, questões da televisão digital terrestre etc.); área energética (acordo energético para prover o mercado brasileiro); área social (políticas sociais, reunião da Comissão Mista Antidrogas, promulgação pelo Brasil de uma lei de anistia para imigrantes irregulares com o objetivo de facilitar a inserção social de peruanos residentes no Brasil, reunião da Comissão Mista Cultural, educação bilíngue em Zonas de Integração Fronteiriça, intercâmbio cultural, cooperação artística (tevé, rádio, cinema, artes plásticas etc.) e cooperação entre entidades de rádio e tevê, bem como intercâmbio de estudantes de academias diplomáticas); *cooperação técnica* (Centro de Tecnologia Ambiental, gestão de ecossistemas amazônicos etc.); área de *segurança e defesa* (cooperação entre as Forças Aéreas de ambos os países, incluindo a instalação de software de vigilância para a FAP); *âmbito regional* (Unasul, Mercosul, Expo Brasil 2009).³⁹³

Além disso, durante essa visita assinaram-se alguns acordos, como o memorando de entendimento entre os ministérios de Transportes e Comunicações dos dois países sobre cooperação na área de televisão digital terrestre,³⁹⁴ e acordos complementares ao *Convênio Básico de Cooperação Técnica e Científica* de fortalecimento de capacidades para a melhoria da produção aquícola em Madre de Dios,³⁹⁵ o fortalecimento das capacidades para a melhoria da produção de látex de seringueira nessa mesma região³⁹⁶ e para o intercâmbio de experiências e tecnologias com o objetivo de melhorar a qualidade do processo de transformação da castanha na região fronteiriça Peru–Brasil.³⁹⁷

Um novo encontro entre os presidentes Alan García e Lula da Silva aconteceu em 11 de dezembro de 2009, por ocasião da visita oficial a Lima do mandatário brasileiro. Durante o encontro, os presidentes constataram os avanços na área de integração fronteiriça, física, energética, econômica e comercial, bem como na cooperação técnica, cultural e educacional. Ao término da reunião, emitiu-se um comunicado conjunto que enfatizava as questões de desenvolvimento e integração fronteiriça, mediante o estabelecimento de uma zona de integração ao longo de toda a fronteira comum, que no Peru abarca as regiões de Loreto, Ucayali, Madre de Dios, Cusco e Puno. O comunicado também apontava para a necessidade de continuar com os

projetos de conectividade física e concluir o eixo interoceânico Sul, buscando a ligação aérea através de voos regionais transfronteiriços que alcançassem pontos tais como Cusco e Manaus.³⁹⁸

Na área econômica e comercial, os presidentes saudaram a entrada em vigor do *Acordo para evitar a dupla tributação*, como também destacaram a necessidade de aprofundar o ACE-58 e criar o Conselho Empresarial Peruano-Brasileiro para a identificação e promoção de associações estratégicas e oportunidades de negócios, com capacidade de formular iniciativas para os governos. Esse Conselho ficou integrado por um grupo dos mais importantes homens de negócios de ambos os países. Finalmente, o presidente García saudou a anistia para imigrantes irregulares, deu-se início à *Conferência bilateral de políticas sociais* e destacou-se a importância de avançar no sentido da integração energética e do manejo de recursos hídricos, em especial para implantar centrais hidrelétricas em território peruano para consumo local e exportação ao Brasil.³⁹⁹

Durante essa visita assinou-se também a *Declaração sobre o estabelecimento de voos regionais transfronteiriços entre ambos os países*,⁴⁰⁰ bem como o *Acordo-quadro para o estabelecimento de uma Zona de Integração Fronteiriça*. Esse acordo tem por objeto o estabelecimento da Zona de Integração Fronteiriça Peru-Brasil⁴⁰¹ e por finalidade fomentar uma cultura de paz e integração fronteiriça, incentivando a identidade nacional e cultural, e conseguir um desenvolvimento sustentável.⁴⁰² Por um lado, aponta detalhadamente objetivos gerais como estimular a integração fronteiriça através do desenvolvimento e complementação econômica e social, o intercâmbio cultural e a promoção da integração entre povos fronteiriços, eliminar os obstáculos ao trânsito e ao comércio bilateral, impulsionar o desenvolvimento e a integração fronteiriços, entre outros;⁴⁰³ por outro lado, destaca objetivos específicos em relação à sustentabilidade econômica, sociocultural, ambiental, político-institucional e da integração fronteiriça.⁴⁰⁴ Estabelece também que a zona fronteiriça é composta por três setores:

- Norte: províncias do departamento de Loreto, com núcleo administrativo em Iquitos (Peru) e os municípios do Estado de Amazonas com núcleo administrativo em Benjamin Constant (Brasil).
- Centro: províncias do departamento de Ucayali, com núcleo administrativo em Pucallpa (Peru) e os municípios dos estados do Acre e Amazonas com núcleo administrativo em Cruzeiro do Sul.

- Sul: províncias dos departamentos de Puno, Cusco e Madre de Dios, com núcleo administrativo em Puerto Maldonado (Peru) e os municípios dos estados do Acre e Amazonas com núcleo administrativo em Rio Branco (Brasil).

Nesse acordo sobre a zona de integração fronteiriça, consagram-se como delineamentos gerais: a participação dos atores sociais na zona delimitada, a cooperação e o intercâmbio de informação e o fortalecimento das entidades nacionais e mecanismos bilaterais, entre outros (Art. 6). Além disso, anexa-se um mapa com a Zona delimitada (Anexo I). Finalmente, estabelece-se como institucionalidade a formação de uma Comissão vice-ministerial de Integração Fronteiriça Peru-Brasil, secretário executivo e Grupos de Trabalho Binacionais de Desenvolvimento e Integração fronteiriços, de Comércio e Facilitação de Trânsito Fronteiriço, de Cooperação Técnica Fronteiriça e de Cooperação ambiental fronteiriça (Art. 9).

Durante a visita do presidente Lula assinou-se também o *Acordo-quadro para o estabelecimento de controle integrado das entradas de fronteira do Peru e Brasil*,⁴⁰⁵ o *Acordo-quadro sobre localidades fronteiriças vinculadas*,⁴⁰⁶ o *Acordo de Serviços Aéreos*,⁴⁰⁷ o *Acordo de Cooperação em matéria de desenvolvimento do transporte fluvial dos rios amazônicos*,⁴⁰⁸ o *Acordo para facilitar o trânsito de veículos de uso particular*,⁴⁰⁹ e cinco acordos complementares ao *Convênio básico de cooperação técnica e científica* para a implementação do projeto piloto de escola pública peruana-brasileira;⁴¹⁰ o fortalecimento das capacidades para o desenvolvimento do plano nacional de eletrificação rural;⁴¹¹ o apoio à implementação de bancos de leite humano no Peru;⁴¹² o intercâmbio de experiências e tecnologias para o aumento da produtividade e gestão empresarial dos produtores de café no Vale do Rio Apurimac e Ene (VRAE);⁴¹³ e para o intercâmbio de experiências e tecnologias a fim de melhorar a produtividade do cacau.⁴¹⁴

Em junho de 2010, quase no final do governo de Alan García, acontece um novo encontro presidencial em Manaus, quando os presidentes emitiram um comunicado conjunto no qual enfatizavam novamente como elemento-chave da agenda bilateral a cooperação para o abastecimento elétrico. Assim, depois de um ano de negociações, celebra-se nessa ocasião o *Acordo para o fornecimento de eletricidade para a República do Peru e a exportação de excedentes para a República Federativa do Brasil*, o qual é qualificado como um instrumento de grande interesse estratégico para ambos os países.⁴¹⁵ Também se decide a participação brasileira na execução do sistema de transporte do gás de Camisea para o porto de Ilo. Os

presidentes inauguraram a primeira rota aérea entre Cusco e Rio Branco, bem como os voos de carga entre Pucallpa e Cruzeiro do Sul.⁴¹⁶ Assinaram-se também dois acordos complementares ao Acordo-quadro sobre a Zona de Integração Fronteiriça para a criação de um subgrupo de trabalho sobre saúde na fronteira⁴¹⁷ e sobre cooperação em questões de transportes fluviais em rios amazônicos;⁴¹⁸ além disso, foram assinados seis acordos complementares ao Acordo básico de cooperação técnica e científica para o fortalecimento institucional para a gestão integrada de recursos hídricos,⁴¹⁹ o fortalecimento do ordenamento territorial para a integração fronteiriça,⁴²⁰ a implementação do *projeto centro de tecnologias ambientais*⁴²¹, o *fortalecimento das capacidades locais para o desenvolvimento de sistemas agroflorestais em comunidades fronteiriças do Peru*,⁴²² a *transferência de metodologia do projeto Rondon para as instituições de ensino superior do Peru*,⁴²³ e o fortalecimento das capacidades para melhorar a produção aquícola do Peru.⁴²⁴

Por último, em 29 de novembro de 2010, os dois países assinaram um *Acordo complementar ao Acordo básico de cooperação técnica e científica para o fortalecimento das capacidades em microfinanças, gestão operacional de programas sociais e apoio ao desenvolvimento regional e fronteiriço*.⁴²⁵ Assinaram também o *Protocolo de intenções sobre cooperação técnica em benefício de terceiros países*. Nesse protocolo, as partes expressam que realizarão esforços para estabelecer mecanismos de cooperação técnica com instituições do setor público, organismos internacionais e organizações não governamentais, em benefício de terceiros países da América do Sul, América Central e Caribe; expressam, além disso, que a associação a ser estabelecida poderá contemplar questões na área de desenvolvimento de capacidades técnicas, de fortalecimento institucional e de apoio à formulação de políticas públicas, bem como outros que sejam mutuamente decididos; e resolvem também que as partes utilizarão os meios disponíveis de cooperação internacional para o desenvolvimento e a implementação da proposta. Nessa oportunidade também foi assinado o *Memorando de entendimento para o estabelecimento de uma comissão mista permanente em matéria energética, geológica e de mineração entre o Ministério de Energia e Minas do Peru e o Ministério de Minas e Energia do Brasil*.⁴²⁶

Em conclusão, durante os cinco anos do segundo governo do presidente Alan García Pérez, não somente se continuou e aprofundou a aliança estratégica criada com o Brasil na gestão do presidente Alejandro

Toledo, como ela foi superada tanto no número de encontros presidenciais e de acordos internacionais firmados entre ambos os países, como na diversificação e complexidade dos temas abordados. Nesse quinquênio, demonstrou-se que para Peru e Brasil, a aliança estratégica é uma política de Estado de ambos os países que deverá continuar, independentemente das mudanças de governo que ocorram em qualquer um deles.

O intercâmbio comercial

O intercâmbio comercial entre o Peru e Brasil aumentou durante esse quinquênio, passando de US\$ 2,408 bilhões em 2006 para US\$ 3,721 bilhões em 2011, ou seja, houve um crescimento de 55% (e de 570%, se levarmos em conta o período 2001–2011), como podemos ver na tabela e no gráfico seguintes:

Tabela nº 3

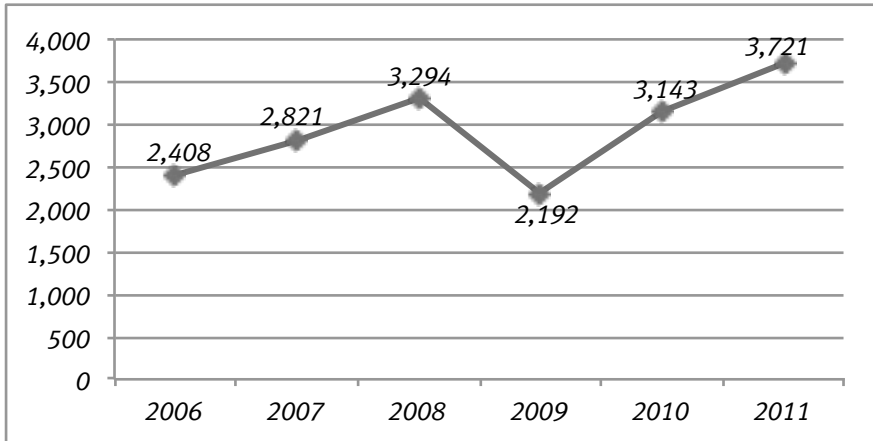
Intercâmbio comercial Peru–Brasil 2006–2011 *(em milhões de dólares)*

Ano	Exportações peruanas	Importações peruanas	Balança Comercial	Intercâmbio Comercial
2006	802	1,606	-804	2,408
2007	932	1,889	-957	2,821
2008	874	2,420	-1,546	3,294
2009	509	1,683	-1,174	2,192
2010	950	2,193	-1,243	3,143
2011	1,283	2,438	-1,155	3,721

Fonte: SUNAT. Elaboração: Oficina de Promoção Econômica do MRE.

Gráfico nº11

Evolução do Intercâmbio comercial Peru-Brasil 2006-2011
(em milhões de dólares)



Fonte: SUNAT. Elaboração: IDEI.

Não obstante, deve-se dizer que, em 2009, o intercâmbio comercial sofreu uma forte queda em relação a anos anteriores, rompendo a continuidade do crescimento observado desde 2001. Especificamente, o intercâmbio comercial caiu em 33% entre 2008 e 2009. Essa queda foi consequência da crise econômica internacional, recuperando-se no ano seguinte, com um aumento de 43%, embora sem alcançar a cifra de 2008, que só seria superada em 2011.

No que diz respeito à composição desse intercâmbio, caberia destacar que nossas exportações se concentraram principalmente nos setores de minérios (cobre), petróleo e gás natural (derivados), químico, siderúrgico-metalúrgico e têxtil. Em outras palavras, das mais de setecentas partidas exportadas, acima de 70% se concentraram em cobre, petróleo e gás natural. Quanto às importações, elas se concentraram em bens de capital e materiais de construção, matérias-primas e produtos intermediários e bens de consumo.⁴²⁷

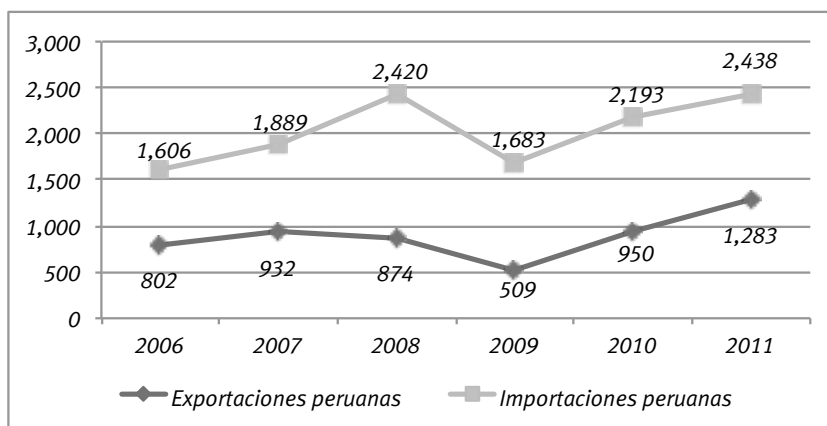
Em números, as importações cresceram de US\$ 1,606 bilhões, em 2006, para US\$ 2,438 bilhões em 2011, isto é, 52%, embora seja preciso ressaltar que em 2009 caíram 30%, subindo no ano seguinte para a mesma porcentagem. Quanto às exportações, elas aumentaram de US\$ 802

milhões em 2006 para US\$ 1,283 bilhões em 2011, ou seja, 60%, embora não de maneira contínua. A seguir, mostramos a evolução das exportações e importações peruanas durante esse quinquênio:

Gráfico nº12

Evolução das exportações e importações peruanas 2006–2011

(em milhões de dólares)

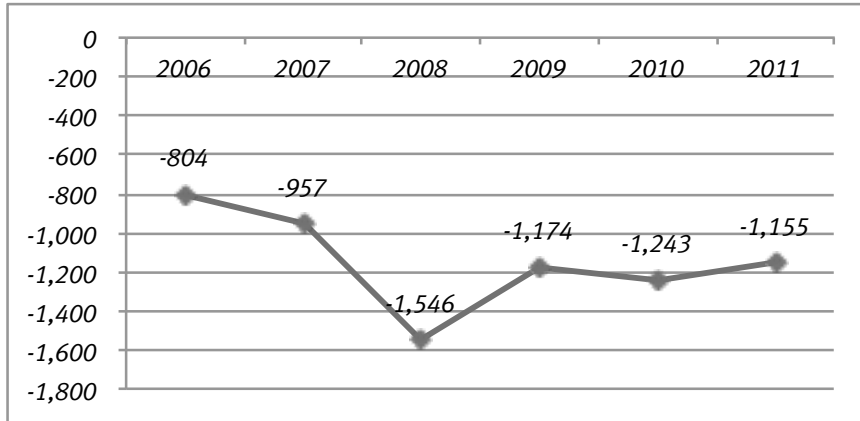


Fonte: SUNAT. Elaboração: IDEI.

Nesse período, a balança comercial foi sempre negativa para o Peru. Assim, passou-se de -804 milhões de dólares em 2006 para -1,155 bilhões de dólares em 2011; isso significa que o déficit da balança aumentou 44%.

Gráfico Nº13

Evolução da balança comercial 2006-2011 (em milhões de dólares)



Fonte: SUNAT. Elaboração: IDEI.

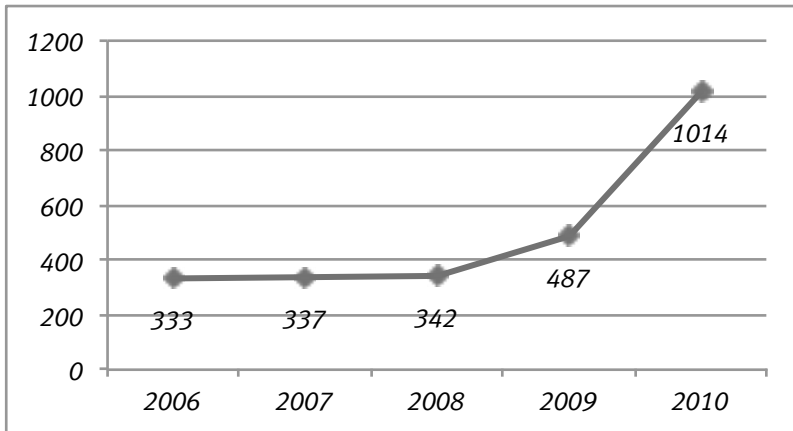
De tudo isso se pode concluir que ainda falta muito por fazer no campo bilateral a fim de continuar aumentando o comércio entre nossos países. Do mesmo modo, deve-se corrigir o déficit existente na balança comercial, buscando colocar mais produtos peruanos no mercado brasileiro. Em todo caso, em 2010, o Brasil era o nono país-destino de nossas exportações, o segundo sul-americano (depois do Chile) e o terceiro no continente (liderado pelos Estados Unidos).

O investimento

O investimento bilateral manteve-se estável e baixo durante os quatro primeiros anos, elevando-se significativamente em 2010. Com efeito, o investimento brasileiro passou de 333 milhões de dólares para 1,014 bilhões de dólares, ou seja, um crescimento de 205%, conforme vemos no seguinte gráfico:

Gráfico nº 14

Evolução do investimento brasileiro no Peru 2006–2010
(em milhões de dólares)



Fonte: PROINVERSIÓN. Elaboração: IDEI.

No entanto, por não existir obrigatoriedade de registrar o investimento estrangeiro no Peru, as cifras oficiais não costumam refletir o montante total real. Assim, segundo estimativas das empresas brasileiras no Peru, os investimentos desse país superariam essa cifra, calculando-se que o montante real chegaria a 3,5 bilhões de dólares, projetando quintuplicar-se para 2020.⁴²⁸

Por outro lado, os investimentos brasileiros concentraram-se fundamentalmente nos setores de mineração, indústria, petróleo e construção civil. Os setores mais ativos em que o Brasil está presente são os de mineração e energia, sendo as empresas mais representativas Votorantim Metals, Vale do Rio Doce e Petrobrás, com importantes investimentos em Cajamarquilla (Chosica), El Porvenir e Atacocha (Pasco) e Cerrolindo (Ica) por parte da Votorantim; Bayóvar (Piura) por parte da Vale do Rio Doce e a modernização da refinaria de Talara (com PetroPerú); além disso, a exploração do Lote 58 em Camisea (Cusco) para confirmar reservas de gás, pela Petrobrás.⁴²⁹ No setor de construção, destacam-se as empresas Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutiérrez e Queiroz Galvão, além da Gerdau. A Odebrecht participa, junto com a Petrobrás, em um polo petroquímico em Ilo e Matarani. Camargo Corrêa, Andrade Gutiérrez e

Queiroz Galvão, que formam o Consórcio Intersor, estão construindo o trecho 4 da IIRSA Sul. A firma Gerdau assumiu a modernização da usina da SIDERPERÚ em Chimbote.⁴³⁰

Em síntese, no final de 2010, Brasil já era o sexto país investidor no Peru, embora representasse somente 4,88% do total do investimento estrangeiro direto (IED) que o Peru recebia naquela data, ficando abaixo somente de Chile (6,37%), Holanda (6,52%), Estados Unidos (15,24%), Reino Unido (21,04%) e Espanha (21,20%).⁴³¹

O turismo

O turismo peruano no Brasil cresceu entre 2006 e 2011 devido à existência de cinquenta voos semanais entre os dois países, operados pelas empresas aéreas TACA, LAN e TAM, que conectam Lima com as cidades brasileiras de Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Brasília e Foz de Iguaçu.

Cerca de 60% dos visitantes peruanos vão de férias ao Brasil, enquanto que 29% o fazem para participar de reuniões e convenções de negócios e 12%, por viagem de família. Os principais atrativos do Brasil são as praias (41%), mas também a natureza, o clima e o carisma da população. A maioria dos turistas peruanos (70%) chega por via aérea enquanto que 30% o faz por terra. Além disso, os turistas peruanos gastam uma média diária de 95 dólares, num período de estadia de treze dias.⁴³²

Graças à frequência de voos e à rodovia interoceânica, houve também nesse período um aumento do turismo brasileiro no Peru. Assim, somente entre 2010 e 2011, o crescimento foi de 50%, consequência das campanhas de publicidade realizadas pelo governo peruano e das alianças realizadas com grandes operadoras brasileiras.⁴³³ Esse crescimento do turismo brasileiro no Peru permitiu que em 2011 se projetasse que entre 2012 e 2013 nosso país receberia, pelo menos, entre 150 mil e 160 mil turistas brasileiros.⁴³⁴

O turista brasileiro que chega ao Peru é um pouco mais jovem que o europeu, isto é, com idade que flutua entre 25 e 45 anos, com interesse pela cultura e a gastronomia peruanas. A maioria dos brasileiros vem do Rio de Janeiro e de São Paulo e se dirige fundamentalmente ao circuito sul compreendido por Nazca, Paracas, Arequipa e Cusco.⁴³⁵

A cooperação energética

Durante o segundo governo do presidente Alan García, deu-se particular impulso à questão energética, promovendo-se a celebração de acordos de

integração nessa área e a constituição de grupos de trabalho destinados a estabelecer uma agenda de cooperação para o futuro. A seguir, repassamos os principais aspectos envolvidos nesse campo.

a. A política energética brasileira e suas implicações para o Peru

Nas últimas décadas, o Brasil vem exigindo um elevado volume de recursos energéticos, devido ao desenvolvimento econômico, tecnológico e industrial que alcançou nesse período. Sem esses recursos, especialmente o setor industrial de São Paulo e o crescente consumo da população se veriam limitados.

Essa situação já havia ocorrido durante a crise energética dos anos setenta, fazendo com que o Brasil repensasse tanto sua política energética como sua política exterior, incorporando como objetivo de ambas, de maneira prioritária, a busca de novas fontes energéticas. A partir de então, destaca Portillo, “o país começou efetivamente a diversificar suas fontes energéticas, buscando ter uma maior segurança em seu abastecimento e evitar os impactos provocados pela escassez e a volatilidade do preço”.⁴³⁶

Para tanto, desenvolveram-se dois cursos de ação: o primeiro destinava-se a aprofundar os níveis de pesquisa e investimento na exploração de novas fontes energéticas, privilegiando o desenvolvimento de energias renováveis e limpas, a fim de gerar um menor impacto sobre o meio ambiente; e o segundo consistia na realização de acordos de cooperação e integração energética com outros países da região, tais como Venezuela, Bolívia, Argentina, Paraguai e Peru.⁴³⁷

Esta última política teve incidência direta na relação bilateral peruano-brasileira, pois o desenvolvimento energético alcançado pelo Peru nos últimos anos abriu para o Brasil um novo ponto de encontro, dessa vez de caráter estratégico. Segundo estimativas efetuadas pelo Ministério de Energia e Minas do Peru (MEM), calcula-se que, para 2025, o país contará com um suficiente e diversificado abastecimento energético. Do mesmo modo, diz o informe do MEM, projeta-se positivamente o crescimento das reservas de gás natural, o crescimento da infraestrutura hidrelétrica e a vinculação do Sistema Interconectado Elétrico Nacional aos sistemas equatoriano, boliviano, chileno e também brasileiro.⁴³⁸

A demanda de energia elétrica no Brasil corresponde a 100GW, da qual 72% aproximadamente provêm de fontes hídricas. Embora a energia hidrelétrica apresente vantagens em relação à dependência dos combustíveis fósseis, ela também possui algumas limitações, como as que causaram

a série de cortes de energia em 2001, causados pelos efeitos combinados da seca e do investimento deficiente. Esses cortes afetaram fortemente a economia e a planificação estatal brasileira, que naquele ano teve uma redução de cerca de 1% no crescimento estimado do PIB;⁴³⁹ acrescente-se a isso que o país utiliza somente 30% de seu potencial hidrelétrico. Por essa razão, o Brasil trabalhou seriamente na elaboração de um plano de trinta anos, em que estima a necessidade de um crescimento de 4GW anuais, o que lhe permitiria responder adequadamente a suas necessidades nacionais. No caso do Peru, a demanda é muito menor (4.5GW) devido ao seu escasso desenvolvimento industrial, provindo em sua maioria (47%) de fontes hídricas. Não obstante, o Peru não conseguiu elaborar um plano energético como o brasileiro para médio e longo prazos. Isso abre também novas oportunidades de cooperação com o Brasil, pois o Peru pode aproveitar a experiência do país vizinho em projetos hídricos, para projetar uma política nacional nesse setor.⁴⁴⁰

O MEM do Peru espera alcançar os seguintes benefícios com a integração energética com Brasil:

[...] o aproveitamento dos recursos energéticos renováveis, a execução de investimentos de grande escala, compartilhar recursos complementares, melhorar a confiabilidade dos sistemas elétricos e contar com respaldo para situações críticas. Esses benefícios de caráter geral devem trazer benefícios locais, como o desenvolvimento econômico das zonas onde se situam os projetos específicos, a criação de fontes de trabalho, melhorias nas condições urbanas, além disso, dos aportes dos impostos hidroenergéticos que beneficiam os governos regionais, municipais e as universidades.⁴⁴¹

b. Negociações para uma integração energética

O primeiro instrumento destinado à cooperação energética entre Peru e Brasil foi o *Memorando de entendimento sobre cooperação na área energética* de 23 de outubro de 1997. Neste instrumento, estabeleceu-se pela primeira vez a disposição de ambos os governos de fortalecer o processo de integração energética sul-americana, decidindo-se também constituir um grupo técnico para realizar estudos necessários com o objetivo de identificar e propor projetos tendo em vista aumentar a integração energética entre os dois países. Porém, esse grupo só foi constituído em 9 de novembro de 2006, mediante o *Memorando de entendimento para o estabelecimento de uma comissão mista permanente em matéria energética, geológica e de mineração*, entre o Ministério de Energia e Minas do Peru e o Ministério

de Minas e Energia do Brasil. Nesse documento, volta-se a ressaltar a necessidade de uma integração energética entre o Peru e o Brasil e, além disso, a conveniência de aprofundar a aliança estratégica elevando os níveis do diálogo político.⁴⁴²

No ano seguinte, a Comissão Mista Permanente em Matéria Energética, Geológica e de Mineração decidiu-se (em 28 de agosto de 2007) pela constituição de um grupo *ad hoc*, que trabalharia na elaboração do Convênio de Integração Energética, o qual foi assinado em 2008 e que estava destinado a estudar possíveis projetos de integração energética entre os dois países, bem como a viabilidade de que o Peru pudesse vender energia elétrica ao Brasil, mediante a construção de grandes centrais hidrelétricas. Com esse propósito, se analisariam alguns projetos de centrais hidrelétricas como os de Paquitzapango, Sumabeni, Urubamba, Vizcatán, Cuquipampa, e Inambari, bem como os aspectos normativos e regulatórios.⁴⁴³

Em 28 de abril de 2009, Peru e Brasil assinaram um novo memorando de entendimento com o objetivo de estudar a viabilidade da interconexão elétrica entre o Peru e Brasil, levando em conta as possibilidades de exportação de energia elétrica existente entre ambos os países.⁴⁴⁴

Finalmente, em junho de 2010, por ocasião da visita do presidente Alan García ao Brasil, assinou-se o Acordo para o fornecimento de eletricidade ao Peru e exportação de excedentes ao Brasil. Esse acordo tem por objetivo o investimento em infraestrutura para a produção de eletricidade destinada ao mercado interno peruano e à exportação dos excedentes ao Brasil e estabelece, ao mesmo tempo, a necessidade de impulsionar o marco legal que promova o desenvolvimento da infraestrutura necessária no território peruano para a produção de eletricidade.⁴⁴⁵

O Artigo 2 deste acordo estabelece: “Os excedentes de potência e energia associada, destinados para a exportação, serão definidos pelo Estado peruano”. Essa definição deverá levar em conta a gradualidade da transferência de energia elétrica, de tal maneira que nosso sistema elétrico não seja sobrecarregado com enormes quantidades de energia. Nesse sentido, o Ministério de Energia e Minas propôs a seguinte fórmula: “80% da produção de cada central durante o primeiro decênio, 60% durante o segundo decênio e 40% durante o terceiro decênio, destinando-se a diferença ao mercado peruano. Ao concluir o prazo da concessão de trinta anos, 100% da produção serão destinados ao mercado peruano”.⁴⁴⁶

c. O projeto da central hidrelétrica de Inambari

Uma das questões mais importantes e também controversas da integração energética entre o Peru e o Brasil é a do projeto da central hidrelétrica de Inambari.

A questão inicia-se com a promulgação da Resolução Ministerial 287-2008-MEM/DM que fez a concessão à Empresa de Geração Elétrica Amazonas Sul SAC – formada pelas empresas brasileiras Construtora OAS Ltda. e Furnas Centrais Elétricas SA – com o objetivo de contar com um estudo de factibilidade para a construção de uma central hidrelétrica em Inambari, situada entre os limites de Puno, Cusco e Madre de Dios. Trata-se de um dos projetos mais importantes do Peru, uma vez que sua execução implicaria a geração de dois mil MW, duplicando, portanto, a produção atual do complexo hidrelétrico do Mantaro – o maior de nosso país – que tem uma capacidade instalada de geração de apenas 1.008 MW. Trata-se também de um dos projetos hidrelétricos mais ambiciosos da América Latina, ao implicar um investimento de quatro bilhões de dólares.⁴⁴⁷

Entre os benefícios que este projeto trará temos:

- os ganhos que gerará a exportação de eletricidade para o Brasil, bem como a gerada pelo consumo nacional;
- a renda que receberá o Estado peruano correspondente ao pagamento do imposto de renda e ao pagamento único pelo uso do recurso hídrico, estabelecido na Lei Geral de Água Nº 17752;
- mais de quatro mil postos de trabalho diretos e mais de quinze mil indiretos;
- em termos de responsabilidade social, gerará infraestrutura viária, transferência de tecnologia e serviços públicos na zona em questão por parte dos investidores.⁴⁴⁸

Não obstante, esse projeto recebeu duras críticas devido aos impactos ambientais e socioeconômicos que provocaria. Mais ainda, as atividades de exploração por parte das empresas brasileiras tiveram de ser suspensas em virtude das manifestações públicas das populações dos distritos de Camanti, província de Quispicanchi (Cusco); Inambari, província de Tambopata, e Huepetuhe, província de Manu (Madre de Dios); e Ayapata e San Gabán, província de Carabaya (Puno).⁴⁴⁹

Alguns especialistas afirmam que a construção dessa hidrelétrica:

- afetaria a flora e a fauna da região e seria necessário montar um complexo e caro sistema de resgate e remanejamento para evitar que elas desaparecessem no alagamento;

- provocaria a interrupção de rotas de peixes migratórios e áreas de desova, devendo ressaltar-se que a atividade pesqueira é uma das mais importantes fontes de alimentação em Madre de Dios;
- geraria gás metano – um gás de efeito estufa mais potente que o dióxido de carbono – produto da decomposição da vegetação inundada;
- causaria desmoronamentos nas áreas das margens do alagamento;
- - provocaria um impacto socioeconômico com a inundação de 65 povoações de Puno, Cusco e Madre de Dios (450 km²), que deveriam ser reassentadas e compensadas pelas consequências sociais, econômicas e culturais do eventual reassentamento;
- por fim, afetaria parte dos trechos II, III e IV da Rodovia Interoceânica Sul que se encontra em construção. Eles ficariam submersos na represa, afetando um total de 106 quilômetros da estrada.⁴⁵⁰

Portanto, embora seja necessário e conveniente aprofundar a integração energética peruano-brasileira, os eventos em Inambari mostram a necessidade de que este processo se realize levando em conta aspectos ambientais e sociais que gerem uma convergência das populações entre ambos os países com tais projetos de integração.

O primeiro ano de governo de Ollanta Humala (2011–2012)

O ano de 2011 começa com mudanças na chefia de Estado no Brasil e no Peru. Com efeito, Dilma Roussef assume a Presidência do Brasil em 1º de janeiro de 2011, enquanto que Ollanta Humala o faz em 28 de julho.

Desde o início, a presidenta Roussef reafirmou a necessidade de que seu país mantenha os níveis de crescimento econômico – que em 2010 alcançou 7,5%, o maior dos últimos trinta anos – e ressaltou que, para tanto, é vital expandir o intercâmbio comercial e consolidar novos sócios econômicos. Não devemos esquecer que esse crescimento possibilitou que o Brasil continuasse reduzindo o grau de pobreza extrema, propondo-se como meta para 2014 que outros 36 milhões de brasileiros abandonem essa condição.

Nesse contexto, a importância do Brasil para a política exterior peruana se manteve durante o primeiro ano de governo de Ollanta Humala.

Uma clara demonstração disso foi a inclusão do Brasil em sua primeira viagem ao exterior como presidente eleito, reunindo-se com a presidenta Dilma Rousseff, com o ex-presidente Lula da Silva e com agentes econômicos e comerciais em São Paulo.⁴⁵¹ É importante destacar que não se tratava somente da visita do futuro chefe de Estado peruano, mas também do candidato presidencial que recebera o respaldo do Partido dos Trabalhadores do Brasil.

Até julho de 2012, o mandatário peruano já se encontrara em quatro oportunidades com a presidenta do Brasil: em Brasília (9 de junho de 2011), Lima (28 de julho de 2011), Nova York (21 de setembro de 2011) e Rio de Janeiro (20 de junho de 2012).

Em 31 de outubro de 2011, houve também uma visita do ministro de Relações Exteriores do Peru, Rafael Roncagliolo, ao seu colega brasileiro. Nessa oportunidade, os dois chanceleres abordaram questões referentes às políticas sociais de seus países, comércio e investimentos, luta contra o narcotráfico e a cooperação em assuntos de vigilância fronteiriça. Nesse encontro, assinaram-se cinco acordos complementares ao *Acordo básico de cooperação técnica e científica* de 1975 para a capacitação de funcionários na repressão do crime organizado;⁴⁵² apoiar o Ministério de Desenvolvimento e Inclusão Social em suas políticas e programas de desenvolvimento;⁴⁵³ fortalecer a gestão de monitoramento e avaliação no Ministério da Mulher e Desenvolvimento Social⁴⁵⁴, fortalecer a gestão da Direção Geral de Medicamentos e Drogas (DIGEMID) em questões de vigilância sanitária,⁴⁵⁵ fortalecer o Ministério de Trabalho e Promoção do Emprego;⁴⁵⁶ e implementar a televisão digital no Peru.⁴⁵⁷ Também assinou-se um acordo para o estabelecimento do Comitê de Fronteira Purús-Santa Rosa de Purús, bem como foi aprovado o projeto para o fortalecimento das capacidades em microfinanças, gestão operacional de programas sociais e apoio ao desenvolvimento regional fronteiriço.⁴⁵⁸

Em 22 de dezembro de 2011, em Lima, os ministros de Defesa do Peru e do Brasil, Alberto Otárola e Celso Amorim, assinaram uma Declaração Conjunta na qual concordaram em desenvolver um programa de cooperação destinado a melhorar a capacidade operacional de nossas Forças Armadas. O ministro Otárola destacou que o acordo era um passo importante para o desenvolvimento da indústria militar peruana e oferecia novos horizontes para a tecnologia das Forças Armadas. A declaração aponta o setor naval e aeroespacial como áreas de prioridade conjunta

de investimentos e desenvolvimento no campo da segurança e da defesa. Ademais, inclui capacitação, treinamento, suporte técnico e logístico e transferência de tecnologia. Finalmente, afirma-se que as companhias ou empresas estatais de ambos os países, bem como seus organismos dedicados à pesquisa e desenvolvimento em assuntos de defesa, estabelecerão vínculos e alianças comerciais.⁴⁵⁹

Posteriormente, em 14 e 15 de fevereiro de 2012, o ministro de Defesa do Peru visitou Brasília, retribuindo assim a visita do final de 2011 do ministro brasileiro Celso Amorim. Nessa visita, anunciou-se que o Peru estudava a possibilidade de comprar dez aviões Super Tucano de fabricação brasileira, cada um avaliado entre dez e quinze milhões de dólares. Essas aeronaves turboélices de ataque leve teriam diversos propósitos, tais como a realização de patrulhas no VRAE e no Alto Huallaga. Especificou-se também que a compra suporia transferência de tecnologia da empresa brasileira Embraer, o que seria particularmente interessante, se levarmos em conta que a Força Aérea Peruana possui uns trinta aviões desses.⁴⁶⁰ Essa compra não se concretizou até agora, uma vez que o Estado peruano optou por comprar esse material da Coreia do Sul, o que para alguns analistas explicaria o adiamento da visita ao Peru da presidenta do Brasil Dilma Rousseff, prevista para os primeiros meses de 2012.

Em todo caso, devemos recordar que, até 1970, o Brasil era um importador de armamentos, situação que mudou dramaticamente, pois hoje possui uma indústria militar de dimensões consideráveis que exporta para diversos países da região e fora dela. Sua própria concepção geopolítica e estratégica levou-o a considerar uma necessidade vital o desenvolvimento de uma indústria bélica viável, independente e significativa, objetivo que foi alcançado e que aumentou seu prestígio internacional e lhe deu uma base muito sólida para projetar sua influência para além de suas fronteiras. A isso devemos acrescentar o desenvolvimento nuclear alcançado pelo Brasil nos últimos anos.⁴⁶¹ Tudo isso confirma a importância do estabelecimento de uma cooperação entre nosso país e o Brasil nesse campo, sem que isso signifique, evidentemente, exclusividade, como tampouco perder independência e autonomia.